

**ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL INTERNACIONAL PARA A
CONTRATAÇÃO DE UM/A TÉCNICO/A DE INVESTIGAÇÃO, NO ÂMBITO DO
PROJETO “BIOECONOMIA AZUL”, DESIGNADO POR “Pacto da Bioeconomia azul”**

1. No exercício da competência delegada pelo Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, foi autorizada pelo Administrador do Pelouro do Instituto Gulbenkian de Ciência a abertura do concurso de seleção internacional para lugar de técnico/a de investigação para o exercício de atividades de investigação científica nas instalações daquele instituto, em Oeiras, Portugal, em regime de contrato de trabalho a termo incerto, com vista ao preenchimento de uma vaga no âmbito do projeto “**BIOECONOMIA AZUL**”, designado por “**Pacto da Bioeconomia Azul**” financiado pelo projeto PRR Pacto da Bioeconomia Azul – PBA, REF^a C644915664-00000026, financiamento ao abrigo do Aviso Convite n.º 02/C05-i01/2022 referente ao desenvolvimento de projetos no âmbito das Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial, enquadrado e financiado no âmbito da componente n.º 5 - Capitalização e Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência de Portugal.

Procuramos um/a candidato/a talentoso/a e motivado/a para a nossa equipa. O/A candidato/a estará envolvido/a em tarefas de programação e gestão de automação e robótica em fluxos de trabalho para manuseio de amostras, processamento, quantificação, sequenciamento e serviços de Sequenciamento de Nova Geração (NGS) que a Unidade fornece para diferentes parceiros. Esta posição incluirá ainda o desenvolvimento de protótipos e novas plataformas tecnológicas para estudos ómicos de célula única (nomeadamente, microfluídica e biosensores).

Área científica: Bioengenharia.

2. **Legislação aplicável:** Decreto-Lei n.º 57/2016, de 29 de agosto, que aprova o Regime Jurídico do Emprego Científico, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, pelo Decreto-Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro e pelo Código do Trabalho aprovado pela Lei 7/2009, de 12 de fevereiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei 93/2019, de 4 de setembro, e demais legislação complementar.

3. O júri do concurso tem a seguinte composição: Presidente: Dr. Ricardo Leite; Vogais: Dr. Jorge Carvalho e Dr. Nuno Moreno. Vogal Suplente: Dr. Ricardo Henriques.

4. O local de trabalho situa-se no Instituto Gulbenkian de Ciência, na Rua da Quinta Grande n.º 6, Oeiras, Portugal.

5. O contrato de trabalho será a termo incerto ao abrigo do Código do Trabalho, com a duração máxima de seis anos, ao abrigo do disposto no artigo 6.º n.ºs 1 b) e 3 do Decreto-Lei n.º 57/2016 de 29 de agosto, revisto pela Lei n.º 57/2017 de 19 de julho, pelo Decreto-Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro.

6. A remuneração mensal ilíquida a atribuir é a prevista no n.º 1 do artigo 15.º da Lei 57/2017, de 19 de julho e no n.º 1 do art. 2.º do Decreto Regulamentar n.º 11-A/2017, de 29 de dezembro, correspondente ao nível 17.º da tabela remuneratória única, aprovada pela Portaria n.º 1553- C/2008, de 31 de dezembro, atualizado nos termos do Decreto-Lei n.º 109-A/2021, de 7 de dezembro, em regime de dedicação exclusiva.

Financiado por:

7. Ao concurso podem ser opositores/as candidatos/as nacionais, estrangeiros/as e apátridas que sejam titulares do grau de mestre em Engenharia Biomédica ou equivalente e detentores/as de um currículo científico e profissional que revele um perfil adequado à atividade a desenvolver. Caso o grau tenha sido conferido por instituição de ensino superior estrangeira, o/a mesmo/a tem de obedecer ao disposto no Decreto-Lei n.º Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e pela Portaria n.º 33/2019, de 25 de janeiro, devendo quaisquer formalidades aí estabelecidas estar cumpridas até à data da assinatura do contrato. O júri reserva-se o direito de convidar para a posição em apreço o/a candidato/a classificado/a imediatamente a seguir quando ao primeiro/a classificado/a não for reconhecido o grau académico de mestre após o cumprimento das formalidades acima mencionadas.

8. Requisitos de admissão ao concurso:

Mestre em Engenharia Biomédica ou equivalente.

Procuramos uma pessoa altamente motivada, apaixonada por ciência e tecnologia, com vontade de aprender e resolver problemas, com competências pessoais para trabalhar num ambiente de prestação de serviços, com boas relações interpessoais e elevado grau de iniciativa.

Além disso, daremos preferência a candidatos com:

- i) experiência em robótica e linguagens de programação, nomeadamente Python, C/C++, LabView;
- ii) experiência em software de análise e processamento de dados; nomeadamente R, Matlab, ou similares;
- iii) experiência em biologia molecular, nomeadamente em técnicas de ADN e ARN;
- iv) conhecimentos base em sequenciamento de próxima geração (NGS), single cell RNA-Seq, amplicon sequencing e nucleic acid QC;
- v) conhecimentos base sobre prototipagem, microfluídica, bionanotecnologias e biosensores;
- vi) capacidade para trabalhar de forma autónoma e em equipa.
- vii) boa capacidade de comunicação, incluindo um bom nível de inglês falado e escrito.
- viii) alto comprometimento, atitude colaborativa e proatividade, assim como capacidade de resolução de problemas e atenção aos detalhes são essenciais.

9. **Critérios de avaliação:** As candidaturas serão avaliadas de acordo com o Currículo (45%) e referências (15%), a carta de motivação (30%). Se considerado necessário pelo júri, a entrevista aos candidatos/as selecionados/as representará 10% da nota final.

10. A deliberação é feita através da votação nominal do Júri de acordo com os procedimentos de elegibilidade e seleção. Nenhuma abstenção é permitida. O sistema de classificação final dos candidatos/as é expresso numa escala de 0-100.

11. Das reuniões do júri são lavradas atas, que contêm um resumo do que nelas houver ocorrido, os votos emitidos por cada um dos membros com a respetiva fundamentação bem como a lista ordenada dos candidatos/as aprovados/as com a respetiva classificação. As atas são facultadas aos candidatos/as sempre que solicitadas.

12. A deliberação final do júri é homologada pelo membro do Conselho de Administração mandatado para o efeito a quem compete também decidir da contratação.

Financiado por:

13. Formalização das candidaturas:

13.1. As candidaturas são dirigidas ao Diretor do Instituto Gulbenkian de Ciência, devendo ser formalizadas para o endereço eletrónico igcpositions@igc.gulbenkian.pt com assunto “**NomeCandidato/a_ BIOECONOMIA AZUL_Auto_Fluids**”, onde conste a identificação deste concurso, nome completo, número e data do bilhete de identidade, do Cartão de Cidadão ou número de identificação civil, número de identificação fiscal, data e localidade de nascimento, residência e endereço de contacto, incluindo endereço eletrónico e contacto telefónico.

13.2. A candidatura é acompanhada dos documentos comprovativos das condições previstas nos nºs 7 e 8 para admissão a este concurso (num único ficheiro pdf com o nome “**NomeCandidato/a_ BIOECONOMIA AZUL_Auto_Fluids**”), nomeadamente:

- a) Carta de apresentação explicando a motivação para desenvolver o projeto e resumo da experiência relevante;
- b) Cópia do certificado ou diploma de mestre, indicando a data de conclusão do mesmo;
- c) CV que inclua os contactos de três referências (nome, cargo, morada, número de telefone e endereço de email);
- d) Outros documentos relevantes para a avaliação da habilitação em área científica afim.

Todos os/as candidatos/as (contribuintes fiscais em Portugal) terão de fazer prova do cumprimento das obrigações perante a Autoridade Tributária e Segurança Social, como requisito de contratação, sob pena de exclusão do processo de recrutamento.

13.3. O prazo para apresentação das candidaturas será de 13/12/2023 até 31/01/2024.

14. São excluídos da admissão ao concurso os/as candidatos/as que formalizem incorretamente a sua candidatura, que não comprovem os requisitos exigidos no presente concurso nos prazos aqui indicados ou que não reúnam os requisitos legais necessários para serem contratados/as ao abrigo do regime do contrato de trabalho *a termo*. Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato/a, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

15. As falsas declarações prestadas pelos candidatos/as serão punidas nos termos da lei.

16. A lista de candidatos/as admitidos/as e excluídos/as bem como a lista de classificação final serão publicadas na página eletrónica do Instituto Gulbenkian de Ciência <https://gulbenkian.pt/ciencia/pt-pt/>, sendo os/as candidatos/as notificados/as por e-mail com recibo de entrega da notificação.

17. Prazo para a Decisão Final e Reclamação: No prazo máximo de 90 dias, contados a partir da data-limite para a apresentação das candidaturas, são proferidas as decisões finais do júri. Após notificados da decisão do júri, os/as candidatos/as têm 10 dias úteis para se pronunciar.

18. O presente concurso destina-se, exclusivamente, ao preenchimento da vaga indicada, podendo ser feito cessar até a homologação da lista de ordenação final dos/as candidatos /as e caducando com a respetiva ocupação do posto de trabalho em oferta.

19. A decisão de contratar pode, por ato devidamente fundamentado do membro do Conselho de Administração mandatado para o efeito, ser revogada por motivos estratégicos de gestão, determinados pela reorganização da unidade orgânica em causa ou por circunstâncias supervenientes imprevisíveis à

Financiado por:

data da homologação da lista de ordenação final dos/as candidatos/as, relativas aos pressupostos da decisão de contratar e fundadas em razões de manifesto interesse público e institucional que o justifiquem.

20. Política de Não Discriminação e de Igualdade de Acesso:

O Instituto Gulbenkian de Ciência da Fundação Calouste Gulbenkian, promove ativamente uma política de não discriminação e de igualdade de acesso, pelo que nenhum candidato/a pode ser privilegiado/a, beneficiado/a, prejudicado/a ou privado/a de qualquer direito ou isento/a de qualquer dever em razão, nomeadamente, de ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, situação económica, instrução, origem ou condição social, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica ou raça, território de origem, língua, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical.

21. Política de Privacidade:

A Fundação Calouste Gulbenkian é responsável pelo tratamento de dados pessoais nos termos do Regulamento (EU) 2016/679 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

Os dados pessoais tratados no âmbito deste concurso de recrutamento destinam-se à instrução do mesmo, e serão tratados pela Fundação Calouste Gulbenkian com a finalidade de verificação do preenchimento, por parte dos candidatos, dos pressupostos fixados na legislação aplicável para a sua contratação. A oposição ao tratamento dos dados por parte dos/as candidatos/as inviabilizará a admissão da candidatura e, por conseguinte, a análise e avaliação da mesma.

Os dados pessoais do titular, se tal for indispensável para o cumprimento das obrigações da Fundação Calouste Gulbenkian, poderão ser transmitidos a terceiros, a saber, às entidades Financiadoras identificadas no presente Edital.

Os dados serão conservados por um período de cinco anos, em conformidade com a exigência prevista no artigo 32.º, n.º 1 do Código do Trabalho.

O titular dos dados tem o direito de se opor à recolha e tratamento, de verificar, corrigir, eliminar e de limitar a utilização dos dados recolhidos. O exercício destes direitos é excecionado quando os seus dados pessoais são utilizados para salvaguarda do interesse público, nomeadamente em casos de deteção e prevenção de crimes, ou quando os mesmos estão sujeitos a sigilo profissional.

O titular dos dados tem direito de acesso e portabilidade dos dados.

O exercício dos direitos acima referidos deverá ser realizado por escrito e dirigido ao Comité de Privacidade da Fundação Calouste Gulbenkian, através do email privacidade@gulbenkian.pt ou, em alternativa, através do endereço postal Avenida de Berna 45-A, 1067-001 Lisboa.

O/A candidato/a goza ainda do direito de apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso entenda que os seus dados não estão a ser tratados em conformidade com a legislação europeia e/ou nacional aplicável.

22. De acordo com o D.L. nº 29/2001 de 3 de fevereiro, o/a candidato/a com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência legal. Os/as candidatos/as devem declarar, quando da sua candidatura, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação a utilizar no processo de seleção, nos termos do diploma supramencionado.

Financiado por: